

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTICC

1. Identificação da reunião

Data	Horário				Local	Coordenação
29/07/2024	Início:	15:00	Término:	17:00	Teams	SE-CGU

2. Pauta

1. APROVAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO CTICC PARA A PROSPECÇÃO DE AÇÕES DE INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO;
2. DEVOLUTIVA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CONSELHO PARA O GRUPO DE TRABALHO ANTICORRUPÇÃO DO G20 (GTAC).

3. Participantes

MEMBROS DO CONSELHO		
Órgão/Entidade	Nome	Condição
ABRAJI	KATIA BREMBATTI	Titular
ABRIG	CAROL VENUTO	Titular
AGU	DIOGO LUIZ DA SILVA	Titular
CASA CIVIL	ALINE VELOSO DOS PASSOS	Titular
CFEMEA	GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA	Titular
CNI	CESAR CARLOS WANDERLEY GALIZA	Suplente
CONACI	LUIS AUGUSTO PEIXOTO ROCHA	Suplente
ETHOS	CAIO MAGRI	Titular
ETHOS	MARCELA GREGGO	Representante
FIQUEM SABENDO	BRUNO MORASSUTTI	Titular
IBGC	RENAN PERONDI	Suplente
IBRACEM	JULIO BOTELHO	Representante
INESC	JOSÉ ANTÔNIO MORONI	Titular
MDHC	SERGIO NOGUEIRA SEABRA	Titular
MDIC	JOÃO GABRIEL MIRANDA ALVES PEREIRA	Titular

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

MGI	DILSON GONZAGA PEREIRA NETO	Representante
MINISTÉRIO DA FAZENDA	DANY ANDREY SECCO	Titular
MJSP	FABRICIO ARTHUR GALUPO MAGALHÃES	Representante
OAB	KELLY ARAUJO	Titular
PACTO GLOBAL	CHANTAL CASTRO	Suplente
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	USIEL RIOS	Titular
TRANSPARÊNCIA BRASIL	MARINA ATOJI	Suplente
TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	GUILHERME FRANCE	Representante
TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	JOHANNA NUBLAT	Representante
TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	RENATO MORGADO	Suplente
UDESC - GRUPO DE PESQUISA POLITEIA	PAULA CHIES SCHOMMER	Titular
UNACON SINDICAL	ELAINE NIEHUES FAUSTINO	Titular
UNB	SUYLAN DE ALMEIDA MIDLEJ E SILVA	Titular
AUTORIDADES E SERVIDORES DA CGU		
Área	Nome	Cargo
GABINETE DO MINISTRO	FELIPE MOREIRA DE CARVALHO	Assessor
	FERNANDA ROCHA DE MORAES	Coordenadora
	IAGÊ ZENDRON MIOLA	Assessor Especial
	MÔNICA BULHÕES E SILVA	Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais - Substituta
	RAFAEL RAMOS DA LUZ	Auditor Federal de Finanças e Controle
SECRETARIA-EXECUTIVA	FABIO FELIX CUNHA DA SILVA	Chefe de Gabinete
	DANIEL MOL	Chefe de Assessoria
	AMANDA GOMES CADETE MAGALHÃES	Auditora Federal de Finanças e Controle
	MARCELO DE FARIAS GOULART	Auditor Federal de Finanças e Controle

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO - CRG	CARLA RODRIGUES COTTA	Diretora
SEC. DE INTEGRIDADE PRIVADA- SIPRI	MARCELO PONTES VIANNA	Secretário
	CRISTINE KOHLER GANZENMULLER	Diretora
	SILVANA AREAL	Secretária (terceirizada)
SEC. DE INTEGRIDADE PÚBLICA - SIP	IZABELA MOREIRA CORREA	Secretária
	MELISSA MACHADO DE MORAES	Diretora
	RAQUEL APARECIDA PEREIRA	Coordenadora-Geral
	RODRIGO MARCIO MEDEIROS PAIVA	Chefe de Gabinete
	MARIA FERNANDA COLACO ALVES	Chefe
SEC. FEDERAL DE CONTROLE INTERNO - SFC	JANAINA LUCAS RIBEIRO	Secretária Adjunta
	ALEXANDRE FERREIRA DE MACEDO	Coordenador
SECRETARIA NACIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO - SNAI	ANA TULIA DE MACEDO	Secretária
	KARLA CAMILA MENEZES VIEIRA	Chefe de Gabinete
	KETLEEN KARLA CAMPOS MONTEIRO	Estagiária
EQUIPE DE APOIO		
Área	Nome	Cargo
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CTICC	CÍCERA MONTEIRO	Apoio de Gabinete
	IASMIN LEIROS	Apoio de Gabinete

4. Ausências

Órgão/Entidade	Nome	Justificada	Compareceu suplente/representante
ABONG	JULIANE CINTRA DE OLIVEIRA	Não	Não
AGENDA PÚBLICA	SÉRGIO RODRIGO ANDRADE	Não	Não
ARTIGO 19	PAULO JOSÉ LARA	Não	Não
CEDRA	CRISTINA LOPES DA SILVA	Sim	Não
CISER PR	MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO	Não	Não

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CNI	HAVILÁ DA NÓBREGA OLIVEIRA	Não	Sim
CONACI	EDMAR CAMATA	Não	Sim
CONECTAS	CAMILA LISSA ASANO	Não	Não
FGV-DIREITO	RAQUEL DE MATTOS PIMENTA	Não	Não
FGV-EPPG	FERNANDO LUIZ ABRUCIO	Não	Não
FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTIA+	REINALDO BULGARELLI	Não	Não
IBGC	VALÉRIA CAFÉ	Não	Sim
IBPT	GILBERTO LUIZ DO AMARAL	Não	Não
MGI	FRANCISCO BESSA	Não	Sim
MJSP	JEAN KEIJI UEMA	Sim	Sim
MPOG	PATRÍCIA ÁLVARES DE AZEVEDO	Não	Não
OPEN KNOWLEDGE BRASIL	HAYDÉE SVAB	Não	Não
OXFAM BRASIL	MAITÊ GAUTO	Não	Não
PACTO GLOBAL	CARLO LINKEVIEIUS PEREIRA	Não	Sim
SEBRAE	DÉCIO NERY DE LIMA	Não	Não
TRANSPARÊNCIA BRASIL	JULIANA SAKAI	Não	Sim
TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	BRUNO ANDRADE BRANDÃO	Não	Sim
UFMG	LEONARDO AVRITZER	Não	Não
USP	SHEILA CRISTINA CEREZETTI	Não	Não

5. Reunião

5.1 Abertura

Comentário	Membro
Iniciou a reunião, esclarecendo que a presidiria como representante do Presidente do CTICC, tendo em vista a indisponibilidade de agenda deste, da Secretária-Executiva e do Secretário-Executivo Adjunto, e considerando, ainda, o prazo curto para a conclusão do trabalho. Explicou a dinâmica da reunião, segundo a qual seriam discutidas duas pautas, e a metodologia acordada com os coordenadores de cada GT determinou que cada representante apresentasse, em até 5 minutos, uma síntese das propostas, previamente compartilhadas por e-mail e WhatsApp. Ao final de cada apresentação, seriam abertos debates para eventuais destaques, e, na ausência de comentários adicionais, as propostas seriam consideradas aprovadas. Além disso, seria concedido um tempo de 3 minutos para proposições de proponentes individuais, incluindo propostas de entidades como a Transparência Internacional e o Instituto Ethos. Todos os participantes foram incentivados a verificar a consolidação das propostas para evitar duplicações.	Fábio Félix (Chefe de Gabinete da SE-CGU)

5.2 Desenvolvimento da pauta

Comentário	Membro
Explicou que a metodologia utilizada envolveu uma reunião virtual inicial, seguida pela discussão de um documento de forma assíncrona, o que levou à identificação da necessidade de incluir um novo objetivo estratégico relacionado a transparência e governo aberto. Foram propostas sete ações principais, incluindo a elaboração e implementação de uma estratégia de governo aberto, o fomento de adoção de práticas de governo aberto em entes subnacionais, a criação de conselhos de transparência, e a realização de ações de educação para controle social. Destacou-se a importância de fomentar a colaboração entre governo e sociedade e de uma gestão compartilhada entre órgãos. Ao final, abriu espaço para questionamentos e observações, ressaltando que todas as iniciativas	Raquel Pereira (Coordenadora-Geral – SIP/CGU)

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

foram projetadas como ações de longo prazo e envolvendo a participação de múltiplos órgãos e entidades.	
Abriu espaço para considerações dos participantes, e não havendo nenhuma manifestação, considerou aprovadas as propostas do GT1.	Fábio Félix
Informou que o GT2 discutiu principalmente o eixo de controle e qualidade do gasto público, com ênfase na redução de desperdícios. Foi identificada a necessidade de fiscalizar programas e recursos federais expostos a riscos de desvio, propondo a criação de um sistema de monitoramento de riscos. Além disso, foi sugerido o aperfeiçoamento de canais de feedback do cidadão para melhorar a avaliação de programas, o fortalecimento de mecanismos de transparência e a integração de bases de dados federais. O GT também recomendou a padronização de informações no Portal Nacional de Compras Públicas e a melhoria da transparência na execução orçamentária, especialmente em relação aos gastos relacionados à pandemia. O Ministério da Fazenda e a CGU foram indicados como responsáveis por várias ações.	Alexandre Ferreira de Macedo (Coordenador – SFC/CGU)
Abriu espaço para considerações dos participantes, e não havendo nenhuma manifestação, considerou aprovadas as propostas do GT2.	Fábio Félix
Apresentou as contribuições do GT3, com destaque para a proposta de incentivo e aprimoramento do uso de agendas eletrônicas, devido à falta de padronização e ao atraso nas atualizações. Também foi sugerida a regulamentação de um marco legal para a representação de interesses, incluindo políticas de promoção de integridade e cooperação técnica com a CGU em questões de direitos humanos e meio ambiente. Outras propostas incluíram a divulgação de agendas de reuniões entre setor público e privado, regulamentação sobre vantagens indevidas, estudo de arcabouço normativo para prevenir conflitos de interesse e maior transparência em acordos de leniência, incluindo a participação de vítimas e partes interessadas. Essas propostas totalizaram sete, sendo cinco no eixo 2 e duas no eixo 4.	Marcela Greggo (Instituto Ethos)

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

<p>Complementou que algumas propostas apresentadas pelo GT3 estavam alinhadas com as suas observações, especialmente a necessidade de melhorar o uso das agendas eletrônicas. Sugeriu a inclusão de três novas categorias de agentes nas agendas: chefes de representações no exterior, chefias militares abaixo do comandante geral das forças, e o presidente e o vice-presidente da República. Destacou que essas categorias são de grande importância pública e deveriam ter suas atividades disponibilizadas para transparência, mencionando que atualmente o presidente e o vice-presidente usam plataformas diferentes para divulgar suas atividades, o que não é ideal. Ressaltou também a importância de uniformidade no tratamento das informações e o valor do exemplo institucional. Por fim, pediu acesso ao arquivo completo das propostas para se inteirar melhor sobre o conteúdo e expressou concordância geral com o restante das propostas apresentadas.</p>	<p>Bruno Morassutti (Fiquem Sabendo)</p>
<p>Considerou aprovadas as proposições apresentadas. Com relação às agendas, foi acordado incluir os pontos trazidos por Bruno. Foi solicitado que a forma exata dessa sugestão fosse passada por escrito no chat, e o coordenador sugeriu esse encaminhamento para formalizar a proposta.</p>	<p>Fábio Félix</p>
<p>Sugeriu que a proposta de alteração fosse encaminhada ao GT para análise e incorporação, com o objetivo de dar tempo ao GT para avaliar a sugestão até a segunda-feira seguinte, permitindo assim a elaboração de uma versão definitiva. A proposta inicial de Marcela, vinda do GT, seria revisada para possivelmente incluir as alterações sugeridas por Bruno, e o processo seria formalizado após o prazo estabelecido.</p>	<p>Iagê Miola (Assessor Especial – GM/CGU)</p>
<p>Destacou que o GT4 também tinha propostas relacionadas a agendas e sugeriu uma análise textual, sugerindo aprimoramentos na redação para garantir que estivessem alinhadas com o espírito das propostas.</p>	<p>Bruno Morassutti</p>
<p>Ratificou que a proposta será encaminhada de volta ao GT para consolidação e avaliação até a próxima segunda-feira. Após a avaliação do GT, a proposta seria recebida e encaminhada como uma proposição formal ao Conselho.</p>	<p>Fábio Félix</p>

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Questionou se, apesar de as propostas já terem sido aprovadas pelo Conselho, elas ainda seriam detalhadas e ajustadas antes da inclusão final no plano. Confirmou que, de fato, os detalhes e ajustes de texto seriam trabalhados posteriormente de forma geral.	Carol Venuto (Abrig)
Esclareceu que o processo de prospecção de ações envolveu a apresentação de propostas pelos GTs, que seriam recebidas pela CGU. A partir daí, terá início a fase de análise técnica pelas áreas da CGU e pelos Ministérios eventualmente identificados como responsáveis pelas ações. O objetivo é avaliar a viabilidade, oportunidade e conveniência das propostas ao plano em desenvolvimento. Salientou que esse momento da reunião serviu para que os participantes conhecessem as propostas de outros GTs, mas não para a aceitação formal das propostas. O prazo estimado para uma devolutiva ao Conselho foi fixado para outubro.	Iagê Miola
Apresentou o histórico das ações e contribuições do GT4. Esclareceu que no eixo 3, a maioria das contribuições focou na transparência ativa e na mobilização de informações, com a CGU atuando como ponto focal para articulação com outros órgãos. As principais sugestões incluíram a melhoria da usabilidade e navegação no Portal da Transparência, a integração de bancos de dados de licitações, contratações, pagamentos e notas fiscais, e a articulação com o Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados. Outras contribuições envolveram a transparência ativa da arrecadação tributária pelo Tesouro Nacional, a articulação federativa com estados e municípios, e políticas de incentivo para o Fala BR. Também foram sugeridas melhorias na transparência de notas fiscais e na identificação de fontes de informação sobre despesas públicas. No eixo 2, houve a proposta de alteração do Decreto 10.889 para incluir mais agentes no e-SIC e desenvolver formas de integração com sistemas de marcação de compromissos. No eixo 4, foi sugerida a formulação de uma cartilha e a inclusão de quesitos de avaliação no Pro-Ética relacionados à conformidade tributária das empresas.	Karla Menezes Camila Vieira (Chefe de Gabinete – SNAI/CGU)
Mencionou uma questão específica relacionada ao MDIC e ao Siscore, sistema que, embora referenciado nas sugestões, não foi descontinuado pelo MDIC. Esclareceu que o referido sistema é do Ministério da Fazenda e sugeriu que a proposta seja encaminhada ao poder executivo, permitindo melhor mapeamento das competências	João Gabriel Pereira (MDIC)

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

<p>e ajustes na formulação final. Ressaltou que a sugestão de publicização dos dados era válida, mas a questão do Siscore poderia ser tratada de forma mais genérica para facilitar as tratativas. Agradeceu pelas contribuições e parabenizou todos pelas sugestões.</p>	
<p>Informou que a implementação e o encaminhamento das proposições seriam considerados pela CGU no tratamento das sugestões. Ressaltou que não haveria prejuízo em receber as proposições dessa forma e que, a princípio, não havia necessidade de destacar algo específico. Indicou que, por enquanto, seguiria com o processo conforme planejado.</p>	<p>Fábio Félix</p>
<p>Sugeriu abordar a questão da mudança de entendimento do Poder Executivo em relação ao acesso aos dados, pois havia uma interpretação de que esses dados eram públicos, mas mudou. Propôs a criação de um repositório específico no drive do CTICC para compartilhar pareceres e informações atualizadas, nivelando o conhecimento entre os membros da sociedade civil e do governo. Destacou a importância de ter um acesso mais amplo e transparente às informações, para que todos possam ter um entendimento consistente e trabalhar de forma mais produtiva com base nesses dados compartilhados.</p>	<p>Bruno Morassutti</p>
<p>Informou que, apesar de não haver destaque específico para as proposições feitas, todas foram consideradas aprovadas. Ressaltou que as colocações apresentadas por João e Bruno seriam registradas na ata da reunião. Em seguida, passou a palavra aos proponentes individuais representantes da Transparência Internacional, IBRACEM, Instituto Ethos e Fiquem Sabendo.</p>	<p>Fábio Félix</p>
<p>Esclareceu que a maioria das propostas focou em medidas para fortalecer o controle, a transparência e a fiscalização de obras de infraestrutura, reconhecendo que essas obras enfrentam riscos significativos de corrupção e impactos socioambientais graves. Propôs a promoção de boas práticas de integridade nos órgãos federais responsáveis, o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e controle, e a implementação de programas de compliance nos bancos públicos e outros setores econômicos. Sugeriu regulamentar o fomento à integridade nas contratações de grande vulto e fortalecer</p>	<p>Guilherme France (Transparência Internacional)</p>

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

o monitoramento das empresas contratadas pelo novo PAC. Também propôs a promoção do controle social e da fiscalização cidadã das obras do PAC e o desenvolvimento de diretrizes nacionais de integridade para enfrentar mudanças climáticas e crimes ambientais.	
Esclareceu que foram apresentadas oito proposições, das quais sete foram incluídas no eixo de integridade na relação entre o Estado e o setor privado. Essas propostas foram compartilhadas com os grupos de trabalho. Considerou como acolhidas as contribuições do Conselho na proposição da planilha.	Fábio Félix
Descreveu quatro propostas focadas na configuração do setor privado e no papel da CGU na agenda anticorrupção. A primeira proposta abordou a necessidade de capacitação dos servidores em processos administrativos de responsabilização, identificando a falta de formação como um problema que poderia levar à anulação de procedimentos. A segunda proposta sugeriu o desenvolvimento de novos modelos de incentivo para encorajar empresas a reportarem atos lesivos, propondo o estudo de modelos internacionais para adaptação no Brasil. A terceira proposta envolveu a realização de um estudo comparativo das legislações sobre proteção ao denunciante, visando criar uma abordagem mais eficaz. A quarta proposta visou o fortalecimento da CGU, destacando a importância de aprimorar os instrumentos anticorrupção e de transparência pública.	Marcela Greggo
Não havendo manifestações, considerou acolhidas as propostas.	Fábio Félix
Propôs a divulgação transparente e o monitoramento das contratações públicas para prevenir e combater a corrupção. Pontuou que a falta de transparência e monitoramento são um problema que facilita irregularidades e corrupção, além de permitir a utilização inadequada de recursos públicos. A proposta prevê a divulgação periódica da relação de todos os fornecedores da administração pública, incluindo o órgão competente, CNPJ do contratado, modalidade de contratação, descrição dos produtos e serviços, valores unitários, valor total do contrato e prazo. Além disso, o monitoramento seria baseado em riscos, utilizando dados abertos para detectar indícios de corrupção, fraude, lavagem de dinheiro e outros ilícitos. A pesquisa já realizada validou a proposta, com a expectativa de disponibilizar os dados abertos em 12 meses, divulgar	Júlio Botelho (IBRACEM)

os primeiros dados em 18 meses e manter o monitoramento e atualização contínuos. A CGU e o Ministério da Fazenda seriam responsáveis, e os objetivos estratégicos incluíam 3.3, 4.1 e 4.3. Sugestões para implementação incluíam parcerias com a sociedade civil, integração com outras bases de dados abertos, desenvolvimento de indicadores de risco, criação de um canal de denúncias, divulgação ampla dos resultados e capacitação dos servidores.	
Não havendo manifestações, considerou acolhidas as propostas.	Fábio Félix
Apresentou proposta de remoção das notas de R\$ 100 e R\$ 200, criticadas por facilitar atos ilícitos, e a promoção da transparência na indicação de magistrados pelo Poder Executivo. Propôs também a divulgação dos investimentos financeiros de autoridades públicas e a inclusão de membros de conselhos no conceito de pessoas expostas politicamente. Recomendou a criação de uma estrutura mínima de transparência para fundos públicos, uniformização de procedimentos nos tribunais de contas e a publicização de beneficiários de pessoas jurídicas. Sugeriu fortalecer a participação dos conselhos de usuários na indicação de ouvidores, criar um Conselho Nacional Unificado para instituições públicas de ensino e regulamentar o acesso de cidadãos a extratos bancários de fundos públicos.	Bruno Morassutti
Comunicou que foram propostas 66 ações no total, sendo 41 dos grupos de trabalho e 25 de proponentes individuais. Ressaltou que o próximo passo será a revisão e ajustes até 5 de agosto, prazo final para submeter alterações. Após esse prazo, a CGU analisará a viabilidade, oportunidade e conveniência das ações e discutirá com outros ministérios. Informou que em outubro o Conselho receberá uma devolutiva sobre a viabilidade da incorporação das propostas.	Iagê Miola
Destacou que as propostas apresentadas eram muito interessantes, e que algumas ficariam no plano atual, enquanto outras passariam para a agenda do Conselho, dos grupos de trabalho e de outros órgãos. Enfatizou a importância de considerar estratégias envolvendo diferentes entes e poderes, como mencionado nas ações de incentivo e estímulo. Ressaltou que nada do que foi produzido seria desperdiçado e que o trabalho continuaria nesse caminho.	Paula Chies Schommer (UDESC – Grupo de Pesquisa Politeia)

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

<p>Ressaltou que o plano de trabalho do Conselho é dinâmico e pode incorporar novas ações e iniciativas. Destacou que o plano serve como um excelente repositório para reflexão contínua e possível incorporação de novas iniciativas. Em seguida, passou ao item dois da pauta, a devolutiva do G20.</p>	<p>Fábio Félix</p>
<p>Informou sobre a dinâmica da apresentação do item da pauta, com uma apresentação inicial para lembrar os aspectos do G20, atualizando o grupo sobre o progresso do processo ao longo do ano e resgatando a última reunião. Em seguida, a secretária Isabela discutiria mais detalhadamente a devolutiva das contribuições recebidas até 10 de maio, conforme o compromisso de fornecer uma resposta até o final de julho. Destacou a importância do resgate do trabalho contínuo do G20.</p>	<p>Melissa Machado de Moraes (SIP/CGU)</p>
<p>Informou sobre os avanços do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTAC) do G20 desde a reunião extraordinária do CTICC sobre o assunto. O grupo, que integra a trilha de Sherpas do G20, avançou nas negociações dos documentos e na elaboração do <i>background paper</i> e do relatório de accountability. Lembrou que as prioridades do GTAC foram alinhadas com o lema da presidência brasileira de "construir um mundo justo e um planeta sustentável". Reuniões técnicas ocorreram em Brasília e Paris, com a próxima etapa sendo uma reunião técnica e uma ministerial em Natal, de 22 a 24 de outubro. O grupo está na fase final de negociação dos produtos e planejamento, incluindo o plano de ação para os próximos três anos. A participação da sociedade civil no GTAC foi destacada. Ocorreram sessões específicas com grupos de engajamento do G20 e foram recebidas contribuições para o <i>background paper</i>. Também está sendo organizado evento paralelo em Natal, em 21 outubro, que incluirá a sociedade civil.</p>	<p>Mônica Bulhões (GM/CGU)</p>
<p>Destacou a importância do intenso trabalho realizado para integrar as contribuições do CTCC na nota conceitual. A próxima etapa envolveu a discussão mais aprofundada da nota conceitual, refletindo as contribuições recebidas, apesar das especificidades do documento e das restrições de divulgação. O foco estava em expressar de forma elaborada a opinião do grupo sobre as prioridades brasileiras.</p>	<p>Melissa Machado de Moraes</p>

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

<p>Comentou sobre a situação atual do documento que estava sendo elaborado, destacando que ele ainda estava em fase preliminar e contava com contribuições de diversos grupos e países. Explicou que o objetivo era apresentar brevemente o conteúdo e a estrutura do documento, ressaltando a abordagem participativa adotada e a importância das sugestões recebidas para a construção do texto final. Mencionou que o documento abordava temas relacionados à anticorrupção e promoção da integridade, enfatizando a necessidade de uma abordagem diversificada e multifacetada. Detalhou que o documento refletia a importância da transparência, engajamento cívico e integridade nas políticas públicas e privadas, além de tratar da capacidade do Estado para enfrentar a corrupção e promover a igualdade social. Fez um resumo das áreas principais abordadas no documento, como a promoção de instituições inclusivas, o enfrentamento de desigualdades e a proteção ambiental. Concluiu mencionando que o documento ainda estava em elaboração e que havia espaço para mais sugestões antes de sua finalização, incentivando a participação e o feedback dos envolvidos.</p>	<p>Izabela Moreira Correa (SIP/CGU)</p>
<p>Reforçou que a versão mais recente do <i>background paper</i> e da <i>think piece</i> dos organismos internacionais foi distribuída pela secretaria do CTICC na sexta-feira, para que todos pudessem ter acesso às contribuições relevantes recebidas. Destacou que a ideia era fornecer uma visão mais completa e abrir espaço para comentários.</p>	<p>Melissa Machado de Moraes</p>
<p>Expressou satisfação ao ver o documento tomando forma, destacando que isso facilita a contribuição mais objetiva. Questionou sobre como operacionalizar feedbacks e sugestões, se havia um prazo ou mecanismo específico para isso, e se o <i>background paper</i> estava sendo compartilhado com outros grupos de trabalho, como o sobre meio ambiente e combate à fome, para integrar elementos de transparência e integridade. Por fim, perguntou sobre os próximos passos e se haveria oportunidades para acompanhar o desenvolvimento dos produtos antes da reunião final de outubro.</p>	<p>Guilherme France</p>
<p>Confirmou que haverá uma semana adicional para que novas contribuições sejam feitas, ajustando o documento de acordo com os comentários recebidos. Explicou que o arcabouço do documento de referência está praticamente definido, mas ainda pode ser ajustado conforme o feedback. Mencionou que o documento continua em</p>	<p>Izabela Moreira Correa</p>

ATA nº 07
3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

desenvolvimento e que há reuniões agendadas para discutir a abordagem geral e responder às perguntas feitas.	
Explicou que, durante o processo de negociação, a prática é manter a parte do grupo fechada. Após a aprovação e aceitação dos documentos pelos países membros, tudo será publicado na página de recursos do G20, incluindo documentos de apoio e notas de organizações internacionais.	Rafael Ramos da Luz (GM/CGU)
Afirmou que, além da nota conceitual e do <i>background paper</i> , todos os outros documentos passam pelo processo descrito por Rafael. O que pode ser compartilhado para permitir a contribuição e interação são o <i>background paper</i> e documentos correlatos, como o <i>think piece</i> , para os quais obtiveram autorização para compartilhar.	Melissa Machado de Moraes
Informou que compartilhou os documentos em inglês conforme são elaborados, e que caso alguém manifeste interesse pode fornecer uma apresentação em português. Colocou-se à disposição para receber comentários e contribuições na semana seguinte, após o grupo ter tido acesso ao documento.	Izabela Moreira Correa

6. Encaminhamentos

Ações	Responsáveis
Revisão das propostas até 05/08/24.	Grupos de Trabalho
Devolutiva ao Conselho sobre viabilidade e incorporação das propostas, prevista para outubro.	GM

7. Encerramento

Fábio Félix informou que a ata seria disponibilizada para aprovação posteriormente, agradeceu aos participantes e encerrou a reunião.